

Responsabilidade da história, responsabilidade do historiador: o “momento CNV” como *turn point* da historiografia da história do tempo presente e seus novos desafios

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento



Angélica Müller

Universidade Federal Fluminense
Niterói, RJ – BRASIL

lattes.cnpq.br/4499187976511605

angelicamuller@id.uff.br



orcid.org/0000-0002-9323-8426



<http://dx.doi.org/10.5965/2175180316432024e0102>

Recebido: 25/07/2024

Aprovado: 11/11/2024

Editor Responsável (Convidado):

Emerson Cesar de Campos

Universidade do Estado de Santa Catarina

orcid.org/0000-0002-1455-4528



Responsabilidade da história, responsabilidade do historiador: o “momento CNV” como *turn point* da historiografia da história do tempo presente e seus novos desafios¹

Resumo

Este ensaio parte do pressuposto que, no contexto brasileiro, o “momento CNV” permitiu vir à tona de maneira mais explícita o giro temporal na história, que tem levado os historiadores do tempo presente a pensarem respostas epistemológicas para definir o campo e as formas de nele atuar. A proposta parte da ideia de responsabilidade pelo mundo, de Hannah Arendt, aqui entendida como uma responsabilidade da história. Na segunda e maior parte, o texto percorre a ideia de responsabilidade do historiador, a partir da tríade proposta por Bedárida (crítica, ética e cívica) apontando e refletindo sobre algumas questões de método e teoria, como o trabalho multidisciplinar e as reflexões sobre as temporalidades. Quanto aos eixos ético e também cívico, que passo a chamar de social, a análise central perpassa pela discussão sobre a verdade, se desdobrando em reflexões sobre a verdade factual e a verdade do método como maneira de se diferenciar da opinião, entendendo esses e outros desafios do historiador que se propõe a refletir e escrever sobre seu tempo.

Palavras-chave: história do tempo presente; momento CNV; responsabilidade da história; responsabilidade do historiador.

History's responsibility, the historian's responsibility: the ‘CNV moment’ as a turning point in the historiography of the history of the present time and its new challenges

Abstract

This essay is based on the assumption that, in the Brazilian context, the ‘CNV moment’ has allowed the temporal turn in history to surface more explicitly, which has led historians of the present time to think about epistemological responses to define the field and the ways of working in it. The proposal is based on Hannah Arendt’s idea of responsibility for the world, understood here as a responsibility of history. In the second and largest part, the text goes through the idea of the historian’s responsibility, based on the triad proposed by Bedárida (critical, ethical and civic), pointing out and reflecting on some questions of method and theory, such as multidisciplinary work and reflections on temporalities. With regard to the ethical and civic axes, which I will now call social, the central analysis goes through the discussion of truth, unfolding into reflections on factual truth and the truth of the method as a way of differentiating oneself from opinion, understanding these and other challenges for the historian who sets out to reflect and write about their time.

Keywords: history of the present time; CNV moment; history’s responsibility; historian’s responsibility.

¹ Esta é uma versão bastante modificada do texto apresentado no V Seminário Internacional de História do Tempo Presente (2023). Agradeço ao CNPq e à Faperj pelas bolsas que me permitem realizar minhas pesquisas. Agradeço as discussões e reflexões de Alexandre Avelar, Francine Iegelski, Julián Fuks e Renata Schittino que contribuíram com este trabalho. Agradecimento especial vai para a turma do curso que ministrei no PPGH UFF em 2024.1 “Como fazer uma História do tempo presente? Reflexões sobre teoria e método”.

“O poeta é o cão do seu tempo”
(Canetti, 2011, p. 14)

Vivemos num tempo de transformações aceleradas que são incitadas e favorecem a lógica neoliberal. Vivemos num tempo, como diz Harmut Rosa (2019), em que as pessoas devem correr cada vez mais rápido, acelerar e inovar continuamente somente para manter-se em seus lugares conduzindo a uma “impossibilidade existencial”. Vivemos num tempo de ardente crise climática. Vivemos num tempo em que as questões religiosas adentram cada vez mais o Estado laico. Vivemos num tempo digital cuja proliferação de informações, de informações falsas, de conteúdos instantâneos que aparecem num ritmo cada vez mais veloz e que, no segundo seguinte, são esquecidos. Vivemos num tempo de profusas interpretações sobre o passado, por vezes negacionistas. Todos esses fatores são componentes importantes para que nós historiadores diagnostiquemos que estamos passando por uma mudança de percepção da estrutura temporal. Para os historiadores que trabalham com a ditadura militar e o processo de justiça de transição, ou de maneira mais geral com regimes autoritários, essa transformação ainda se apresenta numa mudança da chave de “um passado que não passa” para a construção de um “passado de múltiplas narrativas, por vezes desconectado e extemporâneo”.

Essas características, dentre outras, são representativas de um “presente perpétuo”, como diz Jérôme Baschet (2018), ou de um presente “atualista”, na proposta dos historiadores brasileiros Mateus Pereira e Valdei Araújo (2019), ou ainda, por meio da fórmula mais conhecida de regime presentista, de François Hartog (2003)². Neste sentido, como fazer uma história do tempo presente que não caia nas “armadilhas do instante” e que não seja reduzida pelas simplificações de uma “história oficial ou militante”³ nem que reduza o historiador ao papel de “memorialista”? Como refletir sobre um tempo presente presentista? Se constatamos uma mudança de percepção temporal, podemos também pensar em respostas epistemológicas para definir nosso campo e as formas de nele atuar?

² Evidentemente levando em consideração que as três propostas têm suas particularidades, mas que todas incidem sobre a questão das mudanças da percepção temporal e seus entendimentos.

³ A parte inicial da pergunta foi inspirada na formulação de Baschet (2018, p. 21) sobre o papel social do historiador.

Proponho esta reflexão a partir de um ponto importante que definiu a criação do campo, ainda nos anos de 1970: a ideia de que a história do tempo presente é aquela cujas testemunhas estão vivas e que, portanto, tem uma baliza temporal dos (sobre)viventes. Parece-me que para dar conta deste “novo momento”, em que o excesso memorial e os usos do passado transbordaram para as múltiplas versões da história o que, a priori, não é um problema; uma história do tempo presente poderia partir do pressuposto de que o historiador é a própria testemunha⁴, um observador do seu tempo, uma vez que seu olhar é tributário tanto da sua experiência vivida – suas convicções e seus engajamentos – como do seu método e, portanto, é também seu ator. Nesse caso, aquelas balizas temporais caem por terra, porque o presente a ser observado pelo historiador parte daquilo que lhe é atual. Assim, este ensaio pretende abrir um diálogo para pensar essas questões a partir de ideias canônicas como “responsabilidade pelo mundo”, de Hannah Arendt (1954) e de “responsabilidade do historiador”, de François Bédarida (2003). O intuito é demonstrar como a historiografia do tempo presente “vista do Sul” (Arend; Lohn, 2019) tem trabalhado para responder esses desafios que se abriram, no caso brasileiro, sobretudo a partir do “momento CNV”, e como uma nova história do tempo presente, que está sendo gestada a partir das nossas preocupações e reflexões, pode contribuir para abrir perspectivas de futuro neste cenário.

Responsabilidade da história

O diagnóstico é claro: num tempo presentista, o “horizonte de expectativa” é turvo, fechado, embora reconheçamos que a maneira de experimentar o tempo não é uniforme (Müller; Iegelsiki, 2022, p. 17). O historiador francês Jérôme Baschet, que há anos estuda o movimento de Chiapas no México, é taxativo: “Se o presente perpétuo funda sua dominação sobre o esquecimento do passado e a negação do futuro, a história deve se esforçar para reestabelecer, no mesmo

⁴ Não desconsiderando toda a importância da historiografia sobre a “era do testemunho”, na feliz expressão de Annette Wieviorka (1998), aqui estou me baseando na lexicografia da palavra testemunha: uma pessoa que certifica ou pode certificar o que viu ou ouviu; uma pessoa que, por meio de suas palavras, suas ideias ou ações, testemunha um pensamento, no nosso caso, histórico: um observador e criador que, por meio de seu trabalho, dá uma imagem específica do período em que viveu.

movimento, memória do passado e possibilidade de futuro” (Baschet, 2018, p. 29, tradução própria). Ele complementa: “Rejeitar a tirania do hoje supõe uma consciência histórica indispensável para romper a ilusão do fim da história e reabrir a perspectiva de um futuro que não seja a repetição do presente” (Baschet, 2018, p. 29, tradução própria). E eu acrescento: do passado também.

Em um pequeno texto intitulado *História por vir?* François Hartog (2018, p. 75-78, tradução própria) sustenta que os historiadores devem se empenhar pela “abertura da história”. Para o historiador, essa abertura passa pela libertação das possibilidades do passado que não foram capazes de se concretizar. O passado não é (apenas) o passado; é o futuro não realizado do passado que alimenta o futuro e, ao ligar o passado e o futuro, pode permitir uma transmissão eficaz e uma ação significativa no sentido de uma circulação efetiva entre passado, presente e futuro.

Embora haja pessimismo no quadro apresentado por Hartog (e em boa parte dos outros autores que elaboraram, e dele derivaram, seus conceitos sobre um presente estendido), o historiador aponta que uma das chaves possíveis para abertura do futuro é de responsabilidade da história. Hartog é um leitor atento de Hannah Arendt (uma das bases para pensar o conceito de regimes de historicidade). E a filósofa alemã, num mundo pós-Segunda Guerra, cuja ameaça de uma catástrofe atômica implodiria a existência de um porvir, passa a refletir no cuidado que se deve ter com o futuro e como devemos lutar por ele, uma vez “que a ação no presente tem a ver com um futuro a ser escolhido” (Schittino, 2022, p. 16).

Em seu texto, *A crise da educação*, inserido na célebre coletânea *Entre o passado e o futuro*, a preocupação de Arendt com o tema mostra que os adultos assumem uma responsabilidade pela educação das crianças que pode ser entendida como uma responsabilidade pelo mundo. Esse processo é próprio da condição humana, uma vez que “cada geração se transforma em um mundo antigo” (Arendt, 2011, p. 226), de tal modo a preparar uma nova geração para um novo mundo. Assumir a responsabilidade pelo futuro, é assumir a responsabilidade pelo passado. Entender a noção de responsabilidade não de um

ponto de vista liberal, uma vez que não é uma responsabilidade de si, mas sim de uma responsabilidade em conexão com o mundo.

Especialista no pensamento arendtiano, Renata Schittino, interpreta que essa responsabilidade coletiva pelo mundo é uma responsabilidade histórica. Para a historiadora, a responsabilidade histórica é essa nova conexão com o futuro e com o passado: “A responsabilidade é que pode se vislumbrar entre o passado e o futuro – ‘como se’ numa brecha temporal. Tomar consciência do passado, enquanto passado, mas nem por isso, entender-se desligado dele” (Schittino, 2022, p. 16).

Portanto, não se trata de um processo automático rumo ao futuro (como numa perspectiva moderna da experimentação temporal), nem ao passado. Para Schittino, a noção de responsabilidade exige a perspectiva da história como um caminho nas suas continuidades e descontinuidades: “Um processo que não é autônomo, nem automático e nem tem um sentido em si mesmo e, por isso mesmo, precisa que as pessoas assumam as consequências das ações, pensem com elas, rompam com elas” (Schittino, 2022, p. 17).

Se a história tem uma responsabilidade por esse “devir”, qual seria a responsabilidade do historiador? Sendo mais específica: do historiador que se propõe a olhar o seu tempo e ajudar a traduzi-lo?

Responsabilidade do historiador

Nos textos reunidos no livro *Histoire, critique et responsabilité*, o historiador francês François Bédarida estrutura a questão do conhecimento histórico em torno da ideia da responsabilidade do historiador a partir de três eixos:

Responsabilidade Crítica - a forma como a própria profissão é exercida;

Responsabilidade Ética - os valores que defende;

Responsabilidade Cívica - o que eu chamo de papel social do historiador.

Numa história do tempo presente, estes três eixos não são somente indissociáveis como é na prática do seu *métier* que o historiador passa por um constante processo de (re)elaboração dos mesmos. Essa constante reelaboração

se dá justamente porque o historiador do tempo presente lida com uma história que ainda está aberta, “diante dos nossos olhos” (Müller; Iegelski, 2022, p. 12). A responsabilidade crítica apontada por Bédarida vem da própria metodologia empregada pelo historiador (que inclui aí a escolha das suas múltiplas fontes e checagens, além do embasamento teórico, que possibilita a crítica para a construção de uma narrativa). É por esse método que elaboramos nosso trabalho e que serve de analogia a epígrafe deste ensaio, escrita pelo prêmio Nobel búlgaro Elias Canetti. Analogia que ele mesmo faz entre o poeta (o escritor, o historiador) e o cão que:

corre os domínios, detendo-se aqui e acolá; arbitrário em aparência e, no entanto, incansável; sensível aos assobios do superior, mas nem sempre; pronto para ser instigado, mais difícil de ser contido, é impelido por uma depravação inexplicável: em tudo mete o focinho úmido, nada deixando de lado; volta atrás, recomeça: é insaciável (Canetti, 2011, p. 15).

E me parece que nesse quesito, a produção historiográfica latino-americana, e particularmente a brasileira sobre a história do tempo presente tem sido ativa, propondo diversos recursos metodológicos e teóricos. Gostaria, neste tópico, de destacar dois pontos: o uso de uma metodologia interdisciplinar como recurso fundamental para se fazer uma história do tempo presente e o entendimento de que o giro temporal⁵ na história tem pautado as reflexões e a maneira como os historiadores vêm trabalhando a questão do tempo presente e das temporalidades. Noto, claro, que esse não é um domínio exclusivo de atuação dos historiadores do tempo presente. Parece-me mesmo um movimento da própria historiografia, mas na HTP encontra-se um campo fértil para que essas discussões e elaborações apareçam com força.

Uma preponderância⁶ da “nova história política” na historiografia do tempo presente brasileiro – cujos frutos são altamente reconhecidos por meio de uma consistente produção – levou historiadores, por algumas décadas, a trabalharem com intervalos de tempo curtos, dificultando, eventualmente, a visão de processos mais profundos e das transformações mais lentas. Também uma

⁵ Como o *linguistic turn* nas ciências e filosofia dos anos de 1960 (Clark, 2019, p. 17).

⁶ Afirmar a predominância não significa que deixo de reconhecer as muitas contribuições de outras matrizes teóricas nos estudos das temáticas que afirmaram o campo, com destaque para os trabalhos sobre a ditadura militar em suas vertentes da história cultural e marxista, por exemplo.

incidência em temas e recortes muito restritivos em detrimento de um olhar mais plural das conjunturas. No entanto, reconheço que é fundamental – e necessário em muitos casos – o “dia-a-dia” de fatos, que por vezes, faltam em nossos trabalhos. Meu ponto principal de reticência é quando “a política” passa a ser entendida como uma esfera autônoma das outras esferas (social, econômica, cultural) tendendo ao risco de o historiador pouco olhar para as interações, tensões, imbricações existentes entre essas dimensões. O (ab)uso de certos conceitos que serviram para justificar certa objetividade do trabalho histórico me parece que ajudou, por vezes, na produção de uma história descritiva das suas fontes, mas pouco reflexiva, contribuindo, assim, para afastar a “disciplina histórica” das outras ciências humanas e sociais.

Reconhecer esse limite não quer dizer que o lugar do político não seja fundamental em nossas análises. Bem ao contrário. As reflexões de Pierre Rosanvallon, por exemplo, nos demonstram a importância de fazer uma história do político em conjunto com outras ciências sociais. Rosanvallon propõe um método para a reflexão de uma história ciência social ao entender que o estudo das práticas políticas e das estratégias existentes na sociedade civil estão ligadas também ao estudo mais atento da linguagem e da produção dos discursos e do seu vocabulário. Com isso, o historiador retira a política de um campo contingencial para entendê-lo como epicentro das múltiplas dimensões da vida. Segundo o autor, a meta é fazer de uma história conceitual do político um recurso de compreensão do presente (Rosanvallon, 1995, p. 18), pois entende que compreensão do passado e interrogação do presente participam de uma mesma empreitada intelectual.

Assim, me parece que o historiador, que começou sua carreira atuando nos sindicatos franceses, fornece também um outro objetivo político: a da sua própria atuação política no presente por meio das ideias. Nesse sentido, os historiadores do tempo presente necessitam priorizar as análises que busquem problematizar a historicidade do político e do social em seu conjunto, pois o seu olhar crítico – a sua reflexão – é um contributo no debate público.

A constatação de uma crise de múltiplas variantes que contesta o lugar da universidade e do conhecimento atinge em cheio as ciências humanas e sociais

– lugar de questionamento do mundo. É bem verdade que a ideia de crise não deixa de estar vinculada à própria formação da disciplina histórica. No entanto, a crise aqui descrita, que tem ligação com essa experimentação temporal de um presente perpétuo, se dá pelo entrecruzamento de dois fatores já destacados por Gérard Noiriel (1996): 1- de um aspecto prático, ligado a um projeto econômico neoliberal, que não só diminui como visa anular o peso das ciências humanas para o desenvolvimento das sociedades; 2- de um aspecto epistemológico de própria crise do saber histórico e, ainda maior, de uma crise do conhecimento *tout court*.

Um recurso continuo nas últimas décadas tem sido pleiteado, ou melhor dizendo reafirmado, por vários historiadores: Noiriel, (1996); Droit, Reichherzer, (2013); Jablonka (2024) e também por cientistas políticos como Yves Déloye (2023) e Diogo Cunha⁷: a produção de uma sócio-história ou de uma história ciência social. Francine legelski e eu (2022) reforçamos a ideia de um trabalho interdisciplinar, que não deve ser construído por meio de empréstimos teóricos e/ou metodológicos descontextualizados, mas pelo diálogo e incorporação das reflexões de outras áreas fortalecendo, assim, a nossa especificidade de uma ciência social do tempo e, ao mesmo tempo, reforçando a ideia mais ampla das ciências humanas e sociais integradas. Portanto, realizar uma história do tempo presente hoje, parte desse imperativo que passa a ser o trabalho interdisciplinar⁸.

Entendendo que estamos vivendo um período de mudanças na relação das sociedades com seu tempo, uma nova atitude metodológica precisa ser buscada pela historiografia, como afirmam Reinaldo Lohn e Emerson Campos (2017, p. 100), diante dos problemas enfrentados “e pela necessidade de formular reflexões que procurem abarcar sociedade e interações humanas que não mais cabem num

⁷ Contribuição ao Seminário Central do Observatório do Tempo Presente (OTP), em outubro de 2023.

⁸ No OTP, laboratório multidisciplinar que coordeno na História UFF, seus pesquisadores têm feito um esforço contínuo para a realização de trabalhos multidisciplinares seja na interseção entre história e literatura; história e medicina; história e direito, além da história e outras ciências sociais. Exemplo de um trabalho bem sucedido nesse sentido é a dissertação de Matheus Moreto Rodrigues (2023) que buscou analisar a dinâmica política e os resultados eleitorais da cidade de Londrina em eleições municipais e presidenciais durante a Nova República, propondo uma narrativa histórica a partir do diálogo com a Geografia Eleitoral, disciplina que sistematiza questões como o contexto e a espacialidade, e com a Ciência Política, para interpretar a dinâmica eleitoral, ambas com a finalidade de analisar o resultado eleitoral. O trabalho contou com a participação, na sua defesa, de um cientista político e uma historiadora.

mapa histórico desenhado pelo século XIX.” Nesse sentido, é fundamental quebrar a ideia de um tempo linear (newtoniano) voltado para o progresso, fundador da disciplina histórica. E assim, uma ideia unívoca sobre o tempo que, de fato, é plural em nossas sociedades. Reforçam os historiadores da Udesc: “Pensar sobre o tempo em suas dimensões plurais, em seus diversos estratos e camadas que convivem no presente” (Lohn; Campos, 2017, p. 109), possibilitando prover espessura temporal ao presente.

Por falar em pluralidade e também em multidisciplinaridade, a categoria tempo tem sido cada vez mais objeto de reflexões em diferentes áreas das ciências humanas e sociais (Muller; Iegelski, 2022, p. 12). E se a ideia de um tempo linear foi basilar para os fundamentos do historicismo, é bom lembrar que, já em fins do século XIX, o jovem Einstein mostrava que a ideia de espaço e tempo de Newton era um pouco diferente. Embora nossa ideia de tempo nas ciências humanas seja ordinária, no mundo físico as leis elementares que descrevem os mecanismos do mundo são de outra ordem. Mas se é verdade que a história, quando da sua formação disciplinar se inspirou nas leis da física, por que não olharmos para as descobertas do século XX nesse domínio e entendermos, por exemplo, o que Hugo Fazio Vengoa chamou de fenômeno de “einsteinização” do tempo histórico, já que tempo e espaço não podem ser pensados separadamente?

As descobertas da mecânica quântica nos mostram que essa teoria, segundo o físico Carlo Rovelli⁹ (2017, p. 132), não descreve as coisas “como são” e sim como as coisas “acontecem” e como influem umas sobre as outras. Assim, a mecânica quântica não descreve objetos: descreve processos e eventos que são interações entre processos. Portanto, o tempo tem aspectos de indeterminação probabilística (Rovelli, 2018, p. 172, tradução própria): tem duração diferente em cada trajetória, ritmos diferentes em função do seu lugar e da sua velocidade

⁹ Certo dia passava numa livraria e vi o título “Ordem do tempo”. Ali já fiquei encantada, obviamente lembrando o trabalho de Hartog. Mas descobri que se tratava de um físico, e me encantei com a leitura de Carlo Rovelli. Passei a comprar todos seus livros e a trabalhar com eles em sala de aula nos meus cursos de História do tempo presente. O resultado é que, num primeiro momento, os alunos ficam surpreendidos escutando-me falar de mecânica quântica mas, aos poucos, as questões, indagações e ligações que surgem são extremamente interessantes.

mostrando, assim, um aspecto do campo dinâmico (Rovelli, 2018, p. 109, tradução própria). A ideia se aprofunda ainda mais quando estudamos a gravidade quântica que, para alguns físicos, como Carlo Rovelli, a ideia de tempo passa a não existir porque a mudança é onipresente¹⁰.

Não se trata aqui de fazer uma investigação das teorias físicas, mas apenas mostrar que mesmo as leituras que fogem completamente ao nosso domínio disciplinar podem contribuir para o acontecimento de *insights* em nosso trabalho. Não se trata aqui de transplantar (nem transmutar) as ideias de uma área para outra. Pois, se em nossa escala macroscópica, temos a impressão de ver o tempo passando – e a sensação atual é de um tempo diferente de outrora; que passa cada vez mais rápido – por que não levarmos novamente em consideração (ou inspiração) as leis da física para reflexionar sobre outras possíveis formas de pensar nossa relação com o tempo? É possível abolir a estrutura temporal do mundo que rege o conhecimento histórico ou devemos pensá-la em outras dimensões, como a própria física pode nos sugerir? Nesse sentido, seria possível abolir a distinção entre passado e presente, como algumas considerações já apresentam? Abandonar essa distinção não significaria negar que há mudança? E mais: abolir essa distinção não seria um reforço do presentismo? Se abolimos, precisamos construir uma nova gramática cuja declinação dos verbos estão no passado, presente e futuro? Como refletir sobre os entrelaçamentos temporais?

São muitas as questões que podemos propor e creio que o campo da HTP tem contribuído para tanto. Para exemplificar concretamente: Silvia Arendt e Reinaldo Lohn (2022) mostram como o programa da Udesc tem construído estudos que levam em consideração “as intensas mutações culturais que presidem as novas acepções do “tempo histórico””. Como no estudo do historiador colombiano, Hugo Fazio Vengoa (2009), sobre os anos 1960 e seus rastros no presente. Em 1983 (2023), Marina Franco demonstra que aquele ano, considerado “o ano da transição da democracia” na Argentina, foi muito além daqueles 365

¹⁰ “A ausência da quantidade ‘tempo’ nas equações fundamentais, não significa que o mundo seja congelado e imóvel. Ao contrário, é um mundo onde a mudança é onipresente, sem que ela seja ordenada pelo ‘Pai Tempo’: os inumeráveis eventos não são necessariamente dispostos numa boa ordem, nem a longa linha do tempo newtoniano, nem segundo as elegantes geometrias einsteinianas. Ainda assim são eventos, uma mudança, um porvir. O futuro é difuso, disperso, desordenado, mas é devir, não estagnação” (Rovelli, 2018, p. 116, tradução própria).

dias. Ou o trabalho de Francine Legelski (2021), que vem pensando o “realismo mágico” como categoria para entender o presente latino-americano. Já Rodrigo Turin (2023) vem investigando a relação entre Antropoceno e os possíveis regimes de historicidade que emergem no presente. Ou ainda na minha tentativa (2021) de delinear uma “época 68” do ME brasileiro por meio da ideia de um tempo cíclico, com uma fase descendente e outra ascendente. Poderia destacar também os trabalhos do Mateus Pereira, Alexandre Avelar, Rodrigo Patto Sá Motta, Walderez Ramalho entre outros historiadores. Outra referência importante latino-americana são os trabalhos de Maria Inés Mudrovcic. Foi a experiência mexicana de Chiapas que levou o historiador Jérôme Baschet a entender que no discurso zapatista há quatro tempos preexistentes (o tempo cíclico das comunidades; o tempo linear da modernidade e do marxismo; o presente perpétuo do mundo neoliberal e um último tempo a ser construído).

Apresentar trabalhos que procuram refletir sobre a questão temporal neste tópico, da responsabilidade crítica, se dá pela efetiva centralidade que passou a ocupar em nosso presente, face ao diagnóstico apresentado inicialmente. Obviamente que o trabalho com diversas temporalidades não é uma originalidade em si da história do tempo presente¹¹. A originalidade se dá em como o historiador hoje passa a entender essa questão para construir seu trabalho (o que necessariamente não aparecia em trabalhos anteriores lidos nesta chave), uma vez que o historiador está trabalhando com eventos e fenômenos não encerrados, com passados que reverberam no presente ou ainda com “problemáticas que pareciam esquecidas ou que foram propositalmente apagadas, mas que ressurgem reclamando seu lugar no presente” (Lázaro, 2022, p. 56).

Lembrando que esse historiador lida também com as singularidades e originalidades de um tempo que está no gerúndio. Assim, a história do tempo presente – ela própria – subverte o ofício do historiador em seu registro moderno: pois não se trata necessariamente de se pensar o passado a partir do presente e sim, pensar o presente a partir dele mesmo. E essa operação se dá a partir da análise de diferentes temporalidades, contribuindo, dessa maneira, para a diluição

¹¹ Destaca-se o dossiê “Fake News na época moderna” coordenado por Andréa Doré e Luís Filipe Silvério Lima (2023).

das fronteiras temporais ou para a construção de outras. Ainda, como escreveu Elias Canetti: “o verdadeiro poeta, tal como o entendemos, está à mercê de seu tempo — sujeito a ele, servil, é dele o mais humilde criado. Está atado a seu tempo por uma corrente que, curta e indestrutível, o prende com a máxima firmeza”. O historiador sempre está subjugado ao seu tempo. Me parece que no trabalho do historiador do tempo presente, há uma tensão própria advinda tanto do desejo e da avidez de compreender o seu tempo, quanto de uma rejeição pelos excessos do presente. Tensão porque não é uma resolução dada, um fato concreto.

Não por acaso, Bédarida (2003, p. 325) afirma – pretensiosamente – que o historiador exerce uma missão de “regente do tempo”. Como um mediador entre o passado e o presente, trabalha sobre e no tempo, ordenando-o e objetivando dar-lhe significado (p. 305). Para tanto, opera uma massa de dados e traços que compõem o patrimônio comum da humanidade. E aqui recai o peso da responsabilidade ética e social. Gostaria de pautar um ponto da sua discussão que me parece importante para o diagnóstico que estou tentando construir. A noção de verdade.

Sem desconsiderar toda a carga subjetiva que o historiador carrega e, de maneira mais profunda, o debate pós-modernista, Bédarida sustenta o compromisso com a objetividade dos fatos históricos, sobretudo em contextos de “abdicção da razão” e de negacionismo. Não por acaso, o historiador francês busca respaldo em Hannah Arendt. Em seu célebre ensaio *Verdade e política*¹², a filósofa alemã se indaga porque a mentira é “justificável” no espaço público e a verdade no poder é instrumentalizada. Assim, se empenha em diversas considerações sobre o conceito de verdade factual entendendo que essa e muitas outras questões são inerentes (e pertinentes) às “Ciências Históricas”. No entanto, afirma que: “não constituem argumento contra existência da matéria factual e tampouco podem servir como uma justificação para apagar as linhas divisórias entre fato, opinião e interpretação ou como uma desculpa para o historiador manipular os fatos a seu bel-prazer” (Arendt, 2011, p. 296). Mateus Pereira, Thiago

¹² «Truth and Politics». Este texto foi publicado pela primeira vez em *The New Yorker*, em fevereiro de 1967 e integrado no livro «Between Past and Future», editado no ano seguinte. Nesta leitura: Arendt, 2011, p. 282-326.

Nicodemo e Valdei Araújo (2022) reconhecem, ainda que timidamente, e problematizam que uma historiografia “guardiã de certa concepção realista da verdade seja necessária” (Pereira; Nicodemo; Araújo, 2022, p. 170)¹³. Para tanto, se valem dos argumentos contidos no ensaio de 1972 da filósofa alemã *Mentira na política*, no qual analisa os relatórios secretos do caso dos *Pentagon Papers*, mostrando como a manipulação organizada da mentira poderia corromper a democracia, levando à desfactualização da realidade (Pereira; Nicodemo; Araújo, 2022, p. 175).

Arendt, por sua vez, foi amiga e manteve afinidades eletivas¹⁴ com Walter Benjamin, o qual carrega em sua prática e em seus escritos, segundo a crítica literária Susana Lages, um duplo conceito de verdade: para além do conceito grego *aletheia*, relacionando a verdade com o processo de conhecimento, há o significado hebraico da palavra *émet*, que pode ser traduzido como fidelidade. Como diz Lages (2019, p.117): “a palavra hebraica para a verdade, significa sobretudo fidelidade, no sentido de adequação ética a preceitos dirigidos a uma ação prática, historicamente situada”. Para a crítica literária, Benjamin, cuja conjuntura dos seus escritos é sabida, “era fiel não à tradição, não à verdade, mas à sua memória”. Lages aponta ainda que, embora a designação latina *veritas*, de adequação que define verdade como atributo do conhecimento, tenha prevalecido na cultura ocidental, a mesma é desligada da experiência, da ação prática, dimensão cara a Benjamin¹⁵. É por isso que aqui retomo essa reflexão, pois creio que essa “fidelidade à memória”, ou à fidelidade da ação prática do historiador foram fundamentais para o giro da historiografia do nosso campo, uma marca indelével do “momento CNV”.

¹³ Não é o caso de Joffily e Ramalho (2024, p. 7) para os quais: “[...] o postulado epistemológico de compromisso com a verdade, mesmo quando esta é incômoda, é inegociável”. Foi somente no período de revisão final para a publicação deste texto que tive contato com a publicação de Mariana Joffily e Walderez Ramalho na revista Tempo deste 2024, que acaba por dialogar em vários momentos com minha proposta aqui apresentada. Alguns deles estarão enunciados nas notas de rodapé.

¹⁴ Como apresenta Maria Francisca Pinheiro Coelho em: Hannah Arendt e Walter Benjamin: (2020, p. 817-836)

¹⁵ Lages (2019, p. 116-121) faz uma discussão mais longa sobre essa questão e não se furta de apresentar a contraposição entre as diferentes visões e discussões atribuídas às gramáticas grega e hebraica. Assim, como para seu argumento, para o meu a importância é de evidenciar o sentido da fidelidade à memória e à atuação prática do historiador.

Por “momento CNV”, compreendo o período que se estende desde a criação da Lei de acesso à informação (Lei n. 12.527-11) e daquela que criou a Comissão Nacional da Verdade (lei n. 12.528-2011), em 2011, até a entrega do Relatório final da CNV em dezembro de 2014. Neste “momento” estão sendo compreendidos o conjunto de ações, personagens e movimentos, incluindo as atividades de todas as outras comissões que foram criadas no período, que trabalharam em prol da justiça transicional do nosso país. Parece-me que esse “momento CNV” foi um *turn point* não só na nossa produção historiográfica sobre o tempo presente brasileiro, como também na reflexão sobre a nossa prática (além de ser ponto central de uma mudança da própria história recente brasileira, o que inclui outras questões políticas, econômicas e sociais).

Entendo que antes desse “momento”, os historiadores operavam sobretudo a partir da chave “de um passado que não passa”¹⁶, típico dos processos de justiça transicional, e, para tanto, levo em consideração o cenário memorial sobre o passado ditatorial na Nova República apresentado por Marcos Napolitano (2022). O historiador apresenta que, embora a memória liberal tenha sido hegemônica, o período conviveu com outras construções memoriais (à esquerda e também à extrema-direita) em torno daquele passado recente, que acabam por vir à tona no debate público no pós CNV.

Assim, parece que até aquele momento – e aqui estou me atendo apenas a um diagnóstico – os historiadores do tempo presente viviam próximos ao dilema apresentado por Bédarida: entre a *Caríbdis*¹⁷ néopostivista e a *Cila*¹⁸ pós-modernista. Esse dilema pode ser visto na discussão entre os historiadores no momento que precedeu a instalação da CNV, como apresentei em alguns textos (2020, 2021): um historiador pode participar ou não de uma Comissão da Verdade? Podemos ter comprometimento com uma “verdade histórica”, uma vez que construímos uma representação da verdade? Um historiador não é um juiz. E até mesmo questões ligadas ao compromisso (ou não) com a demanda social. Esse “embate” de ideias me parece que foi propositivo para nossa historiografia, pois

¹⁶ Para uma referência seminal, ver: CONAN, Éric; ROUSSO, Henry. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris: Fayard, 1994.

¹⁷ Criatura marinha, na mitologia grega, protetora de limites territoriais no mar.

¹⁸ Bela ninfa que se transformou em um monstro marinho.

passamos a dar mais atenção a esses debates que se referem às questões éticas e de engajamento social em nosso trabalho.

Os historiadores Alexandre Avelar e Mateus Pereira realizaram um levantamento das discussões sobre memória, tempo presente e ética em revistas acadêmicas de história brasileiras Qualis A1 entre 2010-2014. Só para falar do resultado quantitativo (demonstrativo para meu argumento) de um total de 2575 artigos levantados, 120 eram relativos à memória; dez sobre tempo presente e somente quatro artigos traziam a palavra ética em seus títulos. Ou seja, ainda que estejamos aqui expondo um universo bem restrito, temos a ideia que não desenvolvíamos muito reflexões voltadas para o eixo da responsabilidade ética. Seria uma boa pesquisa completar e aprofundar este panorama para o período até mesmo para aprofundar a ideia de giro ético-político apresentada por Marcelo Rangel e Valdei Araújo (2015).

No entanto, ainda que por “impressionismo”, podemos observar que essa situação mudou. Numa rápida pesquisa no site da revista *Tempo e Argumento*, por seu motor de busca, a palavra ética não aparece em nenhum artigo antes de 2011, nove artigos são publicados entre 2011 e 2014 e 11 artigos no período entre 2015 e 2023. Em um artigo de 2018, publicado na *Tempo e Argumento*, Marieta de Moraes Ferreira nos traz outros dados, sobre o aumento significativo, a partir de 2014, de teses e dissertações acerca da história do tempo presente, incluindo aí os estudos da ditadura militar. Com isso, Ferreira (2018, p. 89) assinala “a relação da instalação da Comissão da Verdade e da Lei de Acesso à Informação como responsáveis por imprimir uma nova dinâmica para as pesquisas da história do tempo presente.”

Após o “momento CNV”, que inclui obviamente outras circunstâncias sociais, políticas e econômicas que Francine Ilegelski e eu (2022) apontamos num ensaio sobre o tempo presente da Nova República¹⁹, caminhamos a passos largos e vimos com certa estupefação a construção de um “passado desvinculado, extemporâneo e construído a partir múltiplas narrativas”, muitas vezes negado

¹⁹ Em “O tempo presente da Nova República: ensaio sobre a história do político brasileiro”, nós propomos uma leitura do período, com base na discussão bibliográfica e algumas fontes, a partir de questões-chave que são desenvolvidas durante toda a história republicana brasileira. Ver no livro por nós organizado: *História do tempo presente: mutações e reflexões* (2022).

ou, ainda, como dizem Jofflily e Ramalho (2024), distorcido. Como afirmou Bédarida (2003, p. 307): “Uma demanda social premente e apressada, exige que os historiadores tirem simultaneamente as ‘lições’ do passado, iluminem o presente e abram caminhos para o futuro”.

Diante desse novo momento, parece que as controvérsias do período anterior não só não faziam mais sentido, como passamos a trabalhar numa perspectiva de encontrar caminhos para interpretar nosso passado recente e nosso presente, como tentei brevemente explicitar. Nosso presente, que é difícil de compreender pois se apresenta opaco e perpassado por múltiplas informações que, muitas vezes, tornam nosso contexto ilegível para muitos. E aqui pode entrar a contribuição de uma história do tempo presente, que se entende como uma ciência social: a produção de uma escrita que diz a verdade e muda o mundo (Jablonka, 2024, p.15). Neste contexto, entra nosso compromisso metodológico, ético e social com a verdade. Como afirma Ivan Jablonka (2024, p. 74) a propósito do trabalho do historiador: “meu trabalho consiste em fazer perguntas sobre o mundo para poder dizer a verdade sobre ele”, uma vez que o texto histórico comunica não somente provas materiais (dentre elas arquivos de várias naturezas), mas também a realidade de que é testemunha (Jablonka, 2024, p. 115)²⁰. Trata-se, aqui, de encarar a verdade factual como princípio e pautá-la como método histórico para interrogar nosso presente e, deste modo, torná-la pública.

Afirmar isso não significa negar o importante debate pós modernista. Ao contrário. Parece-me que a história do tempo presente que vem sendo desenvolvida, incorporou certas reflexões postuladas pelas diferentes teorias que se filiam a esse momento, uma vez que entende e lida com uma compreensão do registro histórico que é fragmentário e incompleto, e que também está atenta para as formas sociais de construção e representação da verdade; que entende que a escrita cria a possibilidade de subjetivação. Reconhece, ainda, seu potencial

²⁰ Lembrando que o trabalho de Ivan Jablonka, no que diz respeito ao método histórico, é fortemente influenciado pelos escritos do historiador italiano Carlo Ginzburg, seu paradigma indiciário e suas reflexões sobre a distância, que aqui também estão sendo consideradas, embora não sejam retomadas. E falando em influências em sua obra, não se pode deixar de nomear escritores como Annie Ernaux e Georges Perec.

narrativo e, portanto, literário, uma vez que tem ciência de que os preceitos da cientificidade e objetividade, ligados à origem da disciplina, já estão (ou deveriam estar) superados em nosso campo. Preceitos esses que foram criticados ao longo do século XX, tendo nos *Annales* um momento importante ou, posteriormente, na filosofia hermenêutica de Hans Gadamer na sua crítica ao historicismo²¹. Como mencionou Antoine Prost (2012, p. 257), para designar uma contradição constitutiva da nossa disciplina, “a história afirma o que é verdadeiro; no entanto, suas verdades não são absolutas”. Portanto, as verdades da história são relativas e parciais, como é próprio de uma escrita da história de um tempo presente que está se desenrolando. E mais, contam com uma carga da subjetividade por parte do historiador (para “ver-ler e interpretar” a realidade que observa) podendo exatamente isso se tornar força maior no próprio método, uma vez que, inserido nesta realidade, se posiciona neste contexto e apresenta a trajetória da sua reflexão²².

É por isso que, neste cenário, o historiador pode potencializar sua função de observador e ator do seu tempo. Ator é aquele que interpreta; pode ser entendido também como uma pessoa que desempenha um papel importante, que toma parte ativa num determinado contexto. Não com a ingenuidade de pensar essa ação como combate e denúncia contra o embuste. Mas porque esta pode ser uma das nossas contribuições na arena pública, num tempo presente de escalada da extrema-direita em nível mundial, que usa e abusa da desfactualização. Num presente cuja normalidade veio a ser a opinião pessoal sobre tudo, nossa reflexão parte de um trabalho crítico, ético e social. Contribuição, como demonstra Rosanvallon, entendida como a possibilidade de nossa atuação dentro da arena política por meio das ideias construídas

²¹ “A ingenuidade do chamado historicismo reside em que se subtrai a uma reflexão desse tipo e esquece sua própria historicidade com sua confiança na metodologia de seu procedimento. Nesse ponto convém deixar de lado esse pensamento histórico mal entendido e apelar a outro, que deve ser melhor entendido. Um pensamento verdadeiramente histórico tem de pensar ao mesmo tempo a sua própria historicidade. Só então deixará de perseguir o fantasma de um objeto histórico, que é objeto de uma investigação progressiva, aprenderá a conhecer no objeto o diferente do próprio e conhecerá assim tanto um como outro. O verdadeiro objeto histórico não é um objeto, mas é a unidade de um e de outro, uma relação na qual permanece tanto a realidade da história como a realidade do compreender histórico” (Gadamer, H. 1999, p. 448.)

²² O, por exemplo, “Je de méthode” dito por Jablonka (2024).

criticamente, pois essa é a nossa formação e aquilo que nos difere de quem emite opinião. Formação esta, aliás, que batalhamos por anos para ser reconhecida.

Vivemos num mundo em que crescem as diferentes significações sobre o passado – o que pode ser lido em chave positiva – e cujas reconstruções memoriais são, por vezes, desconectadas dos fatos históricos, o que nos traz um problema. Vivemos num mundo em que a Inteligência Artificial faz qualquer um de nós crer em possibilidades até então inimagináveis. Nosso olhar para o mundo – este mundo fragmentado, múltiplo e que muitas vezes nos parece catastrófico – pode contribuir com as reflexões que têm pensado e almejado a abertura do nosso tempo. E elas podem contribuir justamente porque nos engajamos com um tipo de construção do conhecimento²³ que, embora desacreditado, nós podemos contribuir para preservá-lo, renovando-o. Carlo Rovelli (2021, p. 11) afirma que o cerne da ciência está na sua capacidade de explorar novas maneiras de pensar o mundo: “É a capacidade que temos de questionar constantemente nossos conceitos. É a força visionária de um pensamento rebelde e crítico capaz de modificar suas próprias bases e redesenhar o mundo e partir do zero”. Uma maneira de contribuir, do mesmo modo, com a democratização da história, como afirmou Gerard Noiriél na esteira de Marc Bloch, Pierre Bourdieu, Richard Rorty, Michel Foucault e outros pensadores que foram importantes para sua formação: “partilhei imediatamente o ponto essencial: o desejo de dizer verdades úteis” (Noiriél, 2003, p. 5-6).

E se nesta HTP o historiador é testemunha e agente, por isso a significação da palavra hebraica *émet* faz sentido nessa argumentação; pois, nós, historiadores passamos a mostrar com mais ênfase nossa fidelidade (no sentido de verdade empregado por Benjamin) à nossa prática e às nossas reflexões. E aqui me parece que podemos nos empenhar mais em compartilhar com nossos leitores os pressupostos que guiam nosso trabalho: não apenas os pressupostos

²³ Como mostram Caroline Bauer e Fernando Nicolazzi (2016, p. 819): “o historiador é aquele que, exercendo um determinado ofício, é reconhecido e legitimado pelas formas sociais, institucionais e epistemológicas que determinam este ofício: um diploma, uma profissão regulamentada, a autoridade conferida pelos pares, o respeito aos protocolos teórico-metodológicos que definem a prática etc.” Ou ainda, como afirma Tatyana Maia (2023, p. 28-29): “Historiadores fazem seu trabalho baseados em fontes e evidências, constroem o pensamento lógico e, sobretudo, dialogam com o conhecimento pré-existente através do debate com os pares.” Joffily e Ramalho (2024) também defendem a criticidade do método.

teóricos, mas o caminho percorrido para chegar às fontes, o porquê do diálogo com certos autores e como chegamos na interpretação de certas realidades expressas em nossa operação narrativa. Enfim, chega-se a um fazer explicando o que se está fazendo. E esse processo pode nos aproximar do nosso leitor, uma vez que ele passa a compreender e seguir nosso trajeto.

Refletir sobre a própria reflexão me parece um caminho que muitos de nós têm perseguido e que visa soar como voz importante e balizada num mundo de produção de realidades paralelas sem sustentação. Como disse o próprio Hayden White sobre a não distinção entre “a boa e a má historiografia”: “para definir essa questão, sempre podemos recorrer a critérios como a *responsabilidade* perante as regras da evidência, a relativa inteireza do pormenor narrativo, a consistência lógica e assim por diante” (White, 1994, p. 114, grifo próprio). Responsabilidade, como lembra Arendt, que tem uma intenção e uma atuação.

Desse modo, considero que o “momento CNV” foi importante para chegarmos aqui. Parece que o nosso “tesouro perdido” (Müller, 2021) precisava ser resgatado. E nós, historiadores, passamos a ter uma preocupação maior – seria uma maior responsabilidade? – com o fazer do nosso *métier* e a refletir sobre ele. Nesse sentido, destacam-se os trabalhos dos já citados Avelar e Pereira, Marieta Ferreira, Caroline Bauer, Fernando Nicolazzi, Tatyana Maia, Mariana Jofilly e Walderez Ramalho e uma série de outras historiadoras e historiadores. Parece-me que passamos a pensar mais na ação pública do nosso trabalho e na nossa responsabilidade enquanto um(a) intelectual que opera um determinado tipo de saber: o historiográfico. Refiro-me dessa maneira – na ação pública do historiador do tempo presente – uma vez que o campo da História Pública tem suas próprias práticas²⁴. As duas dimensões não são excludentes. São, muitas vezes, justapostas. E não há contradição alguma nisso.

²⁴ Para além do entendimento mais corrente da História pública como divulgação histórica, há uma série de historiadores que reconhecem como método a autoridade compartilhada para a construção de um conhecimento intersubjetivo e reconhecido como válido pelos sujeitos históricos (Mauad, 2018, p. 39).

Notas finais

Paulo Knauss, refletindo sobre a historiografia como fato moral, nos diz que a discussão ética conduz a uma consideração sobre o processo de construção do conhecimento. Revela que é preciso levar em conta que as diferentes formas morais em torno do conhecimento evidenciam identidades distintas do grupo social que tem como marca o ofício da História. Interrogar o papel do conhecimento histórico implica, entre outras coisas, reconhecer a historiografia como um fato moral. Nesses termos, para Knauss, tratar a historiografia como fato moral significa caracterizar a história como valor coletivo que se traduz por meio da escrita da história e de seus autores” (Knauss, 2008, p. 146).

Portanto, podemos entender a própria história como fato moral no sentido da compreensão da responsabilidade histórica como abertura de projeto de futuro. O engajamento dos historiadores do tempo presente está na preocupação em olhar para o seu tempo ao construir interpretações de um passado recente, de um presente que está se desenrolando, e essas interpretações partem de adjetivações sobre uma realidade, e o caminho percorrido para chegar nelas deve ser expresso. Isso demonstra o engajamento ético frente aos dilemas postos ao encarar, por exemplo, a proliferação de informações e também quando o historiador busca entender as diferentes camadas de passado no presente. E quando falo desse engajamento, estou pensando-o a partir da tríade de responsabilidades do historiador – crítica, ética e social – que, de fato, é una. Ética que se apresenta como núcleo aglutinador tanto do desenvolvimento da sua crítica, quanto do seu engajamento social.

Num presente agitado, conturbado e cada vez mais acelerado, me parece que a responsabilidade histórica e a responsabilidade do historiador são as bases para pensarmos a construção da história que está por vir, do nosso porvir, pois o tempo da responsabilidade é o futuro. Responsabilidade, aliás, que é substantivo feminino. E essa responsabilidade, a historiografia tem buscado refletir e apresentar caminhos à altura do desafio.

Referências

AREND, Sílvia; LOHN, Reinaldo. Geografias historiográficas: o tempo presente visto do Sul em uma revista brasileira. *In*: ELÍBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; PINHEIRO (org.). **Tempo presente: uma história em debate**: Recife: Edpe, 2019. p. 147-169.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: perspectiva, 2011.

AVELAR, Alexandre. Por que a derrubada de estátuas não deveria incomodar os historiadores? Tempo, anacronismo e disputas pelo passado. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 24, n. 44, p.134-156, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/66583> Acesso em 02 mar. 2023.

BASCHET, Jérôme. **Défaire la tyrannie du présent: temporalités émergentes et futurs inédits**. Paris: La Découverte, 2018.

BAUER, Caroline; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/kscZqWVSjDPGVLC7zh8WTfR/abstract/?lang=pt> Acesso em: 25 mar. 2023

BEDARRIDA, François. **Histoire, critique et responsabilité**. Bruxelles: Editions Complexe, 2003.

BOUCHERON, Patrick; HARTOG, François. **L’histoire à venir**. Toulouse: Anacharsis, 2018.

CANETTI, Elias. Hermann Broch: Discurso pela passagem do seu quinquagésimo aniversário Viena, novembro de 1936. *In*: CANETTI, Elias. **A consciência das palavras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 12-27.

CLARK, Christopher. **Tiempo y poder: visiones de la historia desde la guerra de los Treinta años al Terer Reich**. Barcelona: Galaxia Gutemberg, 2019.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. Hannah Arendt e Walter Benjamin: eros da amizade e afinidades eletivas em tempos sombrios. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 817-836, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/jJG3WHC874FqL7jQDZrfXsG/abstract/?lang=pt> Acesso em: 07 ago. 2024.

DELOYE, Yves. Repenser l’histoire du politique. *In*: GEFEN, Alexandre (dir.). **Un monde commun: les savoirs des sciences humaines et sociales [en ligne]**. Paris: CNRS Éditions, 2023. p. 244-247. Disponível em: <https://books.openedition.org/editions-cnrs/57646>. Acesso em: 14 out. 2023.

DORÉ, Andréa; LIMA, Luis Felipe Silvério (org.). Dossiê Fake News na época moderna: veracidade, crença e desinformação. **Clio, Revista de pesquisa histórica**, Recife, v. 41, n. 2, p. [1-349], jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/261784> Acesso em: 07 set. 2024.

DROIT, Emmanuel ; REICHERTZER, Franz. La fin de l'histoire du temps présent telle que nous l'avons connue. Plaidoyer franco-allemand pour l'abandon d'une singularité historiographique. **Vingtième Siècle, Revue d'histoire**, Paris, n. 118, p. 121-145, 2013. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2013-2-page-121?lang=fr> Acesso em: 13 dez. 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/> Acesso em: 10 dez. 2018.

FRANCO, Marina. **Transición, democracia e incertidumbre**. Buenos Aires: Los Polvorines: Unsam, 2023.

HARTOG, François. **Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps**. Paris: Seuil, 2003.

IEGELSKI, Francine. História conceitual do realismo mágico: a busca pela modernidade e pelo tempo presente na América Latina. **Almanack**, [Guarulhos], n. 27, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/ssCBn5jqtn4NmLjLsmtpTL/>. Acesso em: 04 ago 2023.

JABLONKA, Ivan. **Le troisième continent: ou la littérature du réel**. Paris: Seuil, 2024.

JOFFILY, Mariana; RAMALHO, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. **Tempo**, Niterói, v. 30 n. 1, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/drqN6hrmpt4PP3nckRCwwFg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2024.

LAGES, Susana K. **Walter Benjamin: tradução e melancolia**. São Paulo: Edusp, 2019.

LÁZARO, Fernanda. **Por uma história conceitual do tempo presente**. 2023. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

LOHN, Reinaldo Lindolfo; CAMPOS, Emerson Cesar. Tempo presente: entre operações e tramas. **História da historiografia**, [s. n.], n. 24, p. 97-113, ago. 2017. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1176>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MAIA, Tatyana. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita. **Varia História**, [Belo Horizonte], v. 39, n. 81, e23312, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/6vDzdFVMV3dGHktNVZMBFnp/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-

2017). **Hist. Crit.**, [Bogotá], n. 68, p. 27-45, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/histcrit//2087?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MOTTA, Rodrigo. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUDROVICIC, Maria Inés. **Conceptualizing the history of the present time**. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

MÜLLER, Angélica. O tesouro perdido da justiça de transição brasileira: a CNV, as comissões universitárias e o trabalho dos historiadores. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 32, e050126, 2021. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313322021e0501>. Acesso em: 12 dez 2021.

MÜLLER, Angélica. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 180, a03920, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/68MHPwRxfv7QDLJcwdWvPHQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jan. 2022.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (orgs.). **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Processos políticos, atores sociais e disputas de memória sobre a ditadura militar brasileira. **Passés Futurs**, [Paris], v. 12, p. 1-15, 2022. Disponível em : <https://www.politika.io/fr/article/processos-politicos-atores-sociais-e-disputas-memoria-sobre-a-ditadura-militar-brasileira>. Acesso em: 22 set. 2023.

NOIRIEL, Gérard. **Penser avec, penser contre: itinéraire d'un historien**. Paris: Bélin, 2003.

NOIRIEL, Gérard. **Sur la « crise » de l'histoire**. Paris: Bélin, 1996.

PEREIRA, Mateus; ARAUJO, Valdei. **Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI**. Ouro Preto: SBTHH, 2018.

PEREIRA, Mateus; NICODEMO, Thiago; ARAÚJO, Valdei. A indústria de fakenews como um problema historiográfico: atualismo e política num presente agitado. *In*: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (orgs.). **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 169-186.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. **História**, São Paulo, n. 42, e2023036, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/GGKKXPMxkRBds3rL3sKNGBc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2024.

RANGEL, Marcelo. ARAÚJO, Valdeir L. Apresentação: teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *Hist. historiogr.*, Ouro Preto, n. 17, p. 318-332, abr. 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/917>. Acesso em: 12 ago. 2024.

ROSA, Hartmut. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais da modernidade. São Paulo: Unesp, 2019.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 15, n. 30. p. 9-22, 1995.

ROVELLI, Carlo. **A realidade não é o que parece**: a estrutura elementar das coisas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

ROVELLI, Carlo. **L'ordre du temps**. Paris: Flammarion, 2018.

ROVELLI, Carlo. **O abismo vertiginoso**: um mergulho nas ideias e nos efeitos da física quântica. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

SCHITTINO, Renata. responsabilidade histórica sobre a continuidade da história no pós-Segunda Guerra Mundial. *In*: IEGELSKI, Francine.; SCHITTINO, Renata. (orgs.). **Teoria da história hoje**: historiografia e sentido histórico. Niterói: Usina Editorial, 2022. p. 12-41.

TURIN, Rodrigo. Antropoceno e futuros presentes: entre regime climático e regimes de historicidade potenciais. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 703-724, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/trWLRgpLgFhfBHMPHkcYFtD/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

VENGOA, Hugo F. Los años sesenta y sus huellas en el presente. *Revista de Estudios Sociales*, [Bogotá], n. 33. p. 16-28, ago. 2009. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/res/article/view/5557>. Acesso em: 17 set 2023.

WIEVIORKA, Annette. **L'ère du témoin**. Paris: Plon, 1998.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. *In*: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994. p. 97-116.